

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ - SEDUC-PI CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - ASSESSORIA SECRETARIA EXECUTIVA - CEE - SEDUC-PI

Av. Pedro Freitas, S/N Centro Administrativo, Bloco D/F - Bairro São Pedro, Teresina-PI, http://www.seduc.pi.gov.br

Processo nº 00011.009615/2025-39

Teresina-PI, 18 de fevereiro de 2025

PARECER CEE/PI № 024/2025

Opina pela denegação da renovação da autorização de funcionamento do COLÉGIO SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA, rede privada, em Teresina (PI), para ofertar o Curso Ensino Fundamental Completo Regular; e, ainda, opina contrariamente à solicitação de convalidação de estudos e de mudança da mantenedora.

PROCESSOS CEE/PI N^{os} 233, 234/2023 e 311/2024

INTERESSADO: Colégio Sagrado Coração De Maria

ASSUNTO: Autorização de Funcionamento de Curso, convalidação de estudos e mudança de

mantenedora

RELATORA: Conselheira Bárbara Olímpia Ramos de Melo

REALATADO EM: 11/02/2025

I – RELATÓRIO

Este parecer resulta da análise dos Processos nos CEE/PI 233, 234/2023 e 311/2024, nos quais a requerente sra. Raimunda Ferreira da Silva, diretora do Colégio Sagrado Coração de Maria, situado na Quadra 07, Casa 11, Conjunto Renascença III, em Teresina (PI), e-mail: osvaldorfcont@gmail.com, solicita a este conselho a renovação de autorização do Ensino Fundamental Completo Regular, a convalidação de estudos dos alunos que cursaram o Ensino Fundamental, no período de 2018 a 2022; e, por último, e mais recente, a mudança de mantenedora.

A instituição é mantida atualmente pela Firma R F S - Ltda - ME, com CNPJ nº 04.160.360/0001-01. O Colégio foi autorizado por meio da Resolução CEE nº 017/2015, com vigência até 30 de dezembro de 2018, para oferta do Ensino Fundamental Completo Regular.

Em análise prévia anterior dos Processos CEE/PI n^{os} 233, 234/2023, o Conselheiro Rodrigo Torres de Araújo Lima solicitou uma diligência nos seguintes termos:

- 1. Comprovar aquisição de laboratório de ciências;
- 2. Processo individual dos alunos;

- 3. Ficha de matrícula;
- 4. Histórico escolar;
- 5. Ficha de rendimento
- 6. Diários de classe

Sendo os itens de 2 a 6 referentes aos anos de 2018 a 2022. Destes itens apontados anteriormente, foram apresentados somente dois diários de classe: 9º - 2019 e 5º - 2020.

Diante disso, constata-se que o Colégio Sagrado Coração de Maria cumpriu de forma muito precária a diligência e não atendeu a um item que já tinha sido uma recomendação do Parecer CEE nº 018/2015 'Ao iniciar suas atividades letivas em 2015 esteja com seu laboratório de ciências móvel próprio, não dividindo com outra unidade, conforme relato da inspeção, comprovando aquisição em 60 (sessenta) dias com a nota fiscal.

III – CONCLUSÃO E VOTO

Em face ao exposto emito parecer e voto nos seguintes termos:

- 1. Denegar a solicitação de renovação da autorização de funcionamento do Colégio Sagrado Coração de Maria, rede privada, em Teresina (PI), para ministrar o Curso Ensino Fundamental Completo Regular.
- 2. Encaminhar à Superintendência de Ensino da SEDUC-PI para que tome providências em relação à regularização da vida escolar dos estudantes.
- 3. Denegar à solicitação de mudança de mantenedora, constante no processo CEE nº 311/2024, dada a situação atual do Colégio.
 - 4. Informar aos pais ou responsáveis o teor do presente Parecer

É o parecer, s. m. j.

Sala das Sessões Plenárias "PROFESSOR MARIANO DA SILVA NETO" do Conselho Estadual de Educação do Piauí, em Teresina, 11 de fevereiro de 2025.

Consa. Bárbara Olímpia Ramos de Melo – Relatora

O Plenário do Conselho Estadual de Educação do Piauí aprovou com unanimidade o parecer da relatora.

Cons. Carlos Alberto Pereira da Silva Presidente do CEE/PI



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ALBERTO PEREIRA DA SILVA - Matr.0085954-X**, **Conselheiro**, em 13/05/2025, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do <u>Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019</u>.



Documento assinado eletronicamente por **BARBARA OLÍMPIA RAMOS DE MELO - Matr.**, **Conselheira**, em 13/05/2025, às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do <u>Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?
acesso_externo=0, informando o código verificador **016718286**externo=0, informando o código verificador **externo=0**externo=0, informando o código verificador **externo=0**eocferir&id_orgao_acesso_externo=0
eocferir&id_orgao_acesso_externo=0
eocferir&id_orgao_acesso_externo=0
eocferir&id_orgao_acesso_externo=0
eocferir&id_orgao_acesso_externo=0
eocferir&id_orgao_acesso_externo=0
eocferir&id_orgao_acesso_exter

Processo SEI: 00011.009615/2025-39Documento SEI: 016718286